



No Brasil, desde 2004 tramita a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 59, apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil junto ao Supremo Tribunal Federal, que pleiteia o cumprimento do citado artigo 26, visando a realização desta auditoria pelo Congresso Nacional.

Em 2009, foi realizada na Câmara dos Deputados a CPI da Dívida Pública, que também apurou diversos indícios de ilegalidades no endividamento público, tanto interno quanto externo.

Movidos por espírito público e senso humanitário com nosso povo, a Auditoria Cidadã da Dívida coloca à disposição da mais alta mandatária do País o conhecimento acumulado em mais de dez anos de estudos e intercâmbios sobre a matéria.

Considerando a atual conjuntura, em que o Estado Brasileiro se encontra refém do Sistema da Dívida, e impossibilitado de atender à crescente demanda social por legítimos direitos civis, a Auditoria Cidadã da Dívida oferece ao criterioso exame de V. Ex^a. propostas preliminares para a desoneração de pesados encargos financeiros da União, e o direcionamento desses mesmos recursos ao atendimento de direitos civis fundamentais. Colocamo-nos à disposição de V. Ex^a. para estudos complementares e justificações futuras.

Propostas da Auditoria Cidadã da Dívida para o atendimento das demandas sociais

1. Realização de Auditoria Oficial da Dívida Pública, com participação da sociedade civil, nos moldes da auditoria equatoriana

Estudos respaldados por documentos que fizeram parte inclusive das investigações da CPI da Dívida Pública realizada na Câmara dos Deputados em 2009/2010 indicam graves indícios de ilegalidades e ilegitimidades históricas no processo de endividamento público, que tem absorvido a parcela mais relevante dos recursos do orçamento federal, tais como:

- Dívida externa contraída pelo setor público e pelo setor privado durante a ditadura militar (governo ilegítimo), sendo que tais dívidas foram sucessivamente refinanciadas e transformadas em "dívida interna";
- Juros flutuantes, elevados unilateralmente pelos próprios bancos internacionais credores;
- Estatização de dívidas privadas;
- Aplicação de "juros sobre juros" (anatocismo), fato considerado ilegal segundo a Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal;
- Ausência de documentos de respaldo ao endividamento;
- Suspeita de prescrição da dívida externa em 1992, seguida de sua transformação em títulos *Brady* (em 1994), os quais serviram de moeda para a compra das empresas privatizadas na década de 90;
- Resgates antecipados com pagamento de ágio pelo Tesouro Nacional;
- Introdução de Cláusula de Ação Coletiva a partir de 2003, sem a devida transparência e sem a aprovação pelo Congresso Nacional. Tal cláusula transfere aos credores a prerrogativa de decidir a forma como a dívida será refinanciada, em caso de dificuldade de pagamento, e à revelia do Brasil;
- Emissão de títulos da dívida interna para pagamento de grande parte dos juros nominais dessa dívida.